

Título:

Impactos do agronegócio na comunidade indígena Gamela Vão do Vico no sudoeste do estado do Piauí.¹

Cristhyan Kaline Soares Mineiro – UFRN/RN

Agronegócio; Impactos Socioambientais; Territorialidade.

Introdução

O presente escrito explana uma pesquisa em andamento no doutorado em Antropologia Social Universidade Federal do Rio do Norte, junto ao povo indígena Akroá Gamela, localizados no município de Santa Filomena sudoeste do estado do Piauí. O principal eixo temático da pesquisa é analisar as relações entre os indígenas com a paisagem do cerrado, bioma que nas últimas décadas tornou se uma nova fronteira do avanço do agronegócio, e no qual vivem várias comunidades tradicionais.

O texto a seguir estar dividido em duas partes. Na primeira parte realizo uma explanação sobre minha “aproximação com o campo” e em seguida uma apresentação da comunidade Vão do Vico trazendo um pouco da história, contexto econômico e político da região sudoeste do estado do Piauí. No segundo tópico empreendo uma tímida reflexão sobre o conceito de identidade territorial que diz respeito a luta pela terra.

A minha aproximação com o povo indígena Akroá Gamela, começou no ano de 2017 (quando eu era graduanda em Ciências Sociais) fui a região como integrante do Projeto Nova cartografia Social da Amazônia (PNSCA-UFPI). Na época eu era bolsista do referido programa e fomos a região sudoeste do estado para realizar uma cartografia

¹Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

social de algumas comunidades do povo indígena Akroá Gamela que estavam em conflitos territoriais com o avanço do agronegócio na região sudoeste do estado do Piauí.

Após percorrer tanto em deslocamento, como no trabalho de coletas de pontos de GPS a região de cerrado, que é bem diferente da região na qual eu cresci, que fica no coração da caatinga, me senti instigada a realizar pesquisa na região. Lembro-me de ficar encantada com as belas paisagens de cerrado e assustada ao ouvir os relatos de violência e com o desmatamento do cerrado.

Interessada em conhecer melhor as histórias das pessoas e em vivenciar a paisagem molhada dos brejos do cerrado, construí minha monografia e dissertação em duas comunidades indígenas Akroá Gamela, localizadas na região sul e sudoeste piauiense. O meu primeiro estudo científico foi a monografia “O ecoar da taboca nos entre serras do Pirajá, município de currais – Piauí” (2019) e no mestrado em Antropologia produzi a dissertação “Entre “carreirinhos e pisagens”: uma etnografia da paisagem na comunidade Vão do Vico e no povoado matas no sudoeste piauiense” (2022) ambos na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Agora no doutoramento em Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estou dando continuidade a esse empreendimento de pesquisa etnográfica com os indígenas Akroá Gamela da comunidade Vão do Vico com intenção de refletir sobre as resistências e existências dos indígenas Gamela.

No ano de 2020 trabalhei como Cientista Social para a empresa Demacamp e fiquei responsável pela produção de um Relatório de demarcação territorial e caracterização socioeconômica da comunidade Vão do Vico para o *Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social* realizado pelo Governo do estado do Piauí. Nessa trajetória acadêmica e profissional desenvolvi uma relação com os indígenas Akroá Gamela do sul e sudoeste do Piauí e em especial com Zulmira Lima que é liderança indígena da comunidade Vão do Vico.

As reflexões e descrições dispostas no texto são fruto de um contado de longa duração que se estende desde a graduação em Ciências Sociais até o doutoramento em Antropologia. Sendo assim não há um recorte de tempo exato, pois algumas partes descritas, vem desse contado de muitos anos, desde participação em eventos acadêmicos e da sociedade civil organizada, visitas a campo e contatos por apps de mensagem.

Todavia a visita mais recente que fiz a comunidade se deu entre os meses de abril e maio do ano de 2026.

O meu texto traz consigo os compartilhamentos e aprendizados com os indígenas Akroá Gamela Zulmira Lima, Genilton Silva, professores e colegas antropólogos e suas teorias. Para Marilyn Strathern (2014), as pessoas têm o potencial de se relacionar e estão ao mesmo tempo, sempre incorporadas em uma matriz de relação com os outros.

É necessário dizer que encontrei na Antropologia de povos e comunidades tradicionais, uma possibilidade de reflexão sobre minha vivência na infância em uma comunidade rural chamada Angico Branco, no município de Castelo do Piauí. Sou a segunda filha de 8 irmãos e sai de casa aos 13 anos para trabalhar em “casas de famílias” entre muitos percalços da vida laboral e interiorana, encontrei na graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Antropologia a possibilidade de refletir sobre a realidade social na qual eu estava inserida.

Informo sobre quem eu sou e um pouco da minha história, com intenção de construir um conhecimento localizado Haraway (1995), que dê conta do meu lugar na produção do conhecimento antropológico contemporâneo. A seguir farei uma breve caracterização da comunidade.

Apresentando a comunidade indígena Gamela Vão do Vico

Localizada a 800 km da cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, comunidade indígena Gamela Vão do Vico fica município de Santa Filomena. Com aproximadamente 8 núcleos familiares, o número exato de moradores é difícil de mensurar, pois há uma intensa mobilidade entre idas e vindas de parentes. O território da comunidade possui 3.500 hectares, dividido entre terras das *chapadas* (serras) e dos *baixões*, em processo de demarcação pelo governo do estado do Piauí.

O território da comunidade se localiza predominantemente no bioma do cerrado. O cerrado cobre cerca de 23% do território nacional, sendo considerado o segundo maior bioma da América do Sul. O cerrado abrange a região central do país nos estados do Piauí, Mato Grosso, Tocantins, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Goiás, Pará, Paraná e Distrito federal.

Para o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE-2019) o bioma possui uma rica biodiversidade, considerado um hotspot mundial, por abrigar um leque variado de espécies endêmicas e está enfrentado perda considerável dessa diversidade.

Em sua dimensão territorial, o cerrado é habitado por variados povos tradicionais que vivem desde os tempos imemoriais. São eles os povos vazanteiros, ribeirinhos, indígenas, quebradeiras de cocos e quilombolas, entre outros. Considerado a última fronteira agrícola do país nas últimas décadas, o bioma e as populações que nele habitam sofrem com o desmatamento provocado pela agroindústria. Segundo dados do Governo Federal, a previsão é que a safra 2025/2026 no estado do Piauí seja de 354 milhões de toneladas, superando a produção anterior. [1]

O território Vão do Vico está no entre serras do cerrado piauiense, dentro dos limites da comunidade, há lagoas, brejos e nascentes de rios. As casas, construídas com tijolos de adobes, estão localizadas na parte alta, próximas a um brejo no qual é coletado água para consumo nas residências. A vida cotidiana no território se desenrola em rotinas laborais nas fazendas, hábitos rituais entre brejo, roças, nas capoeiras e nos terreiros de que circundam a casas e nesses espaços há atividades de extrativismo, caça e coleta de mel, pesca.

A toponímia do cerrado é composta pelas partes baixas e as chapadas. As chapadas e/ou serras são as partes altas com planícies onde estão localizadas vegetações mais espaçadas com árvores de troncos tortuosos e algumas espécies de capim. É nessa área que estão localizadas as plantações do agronegócio. De acordo com relatos dos indígenas, sariemas, onças, as emas, os porcos do mato são algumas espécies de animais que vivem ou viviam na parte alta do cerrado, com a chegada do agronegócio houve uma diminuição e/ou extinção de alguns desses animais.

Já as partes baixas são conhecidas como os baixões, possuem uma vegetação mais densa e a presença recorrente de fluxos de água. Neles estão localizados também, os brejos e as palmeiras de buriti, que são elementos vegetais de suma importância para os povos do cerrado. Na minha dissertação de mestrado Silva (2022) apresento o emaranho de vida outras que humanas que há no brejo. Nos baixões circulam os macacos, diferentes espécies de pássaros, tatus, veados, capivaras etc.

A economia do povo Gamela da comunidade Vão do Vico está conectada com a produção agrícola e o extrativismo, a maioria dos jovens da comunidade trabalham nas fazendas. A produção de arroz, milho e feijão é usada para alimentação interna, compartilhamento com parentes e comércio quando há excedentes. As roças, unidades produtivas de pequena escala, podem ser feitas tanto no baixão como na serra. As roças abertas são usadas na produção de batatas, bananas, arroz e melancias entre outras legumes e frutas.

O buriti, fruta presente nas regiões de brejo do cerrado, é coletada entre os meses de novembro e fevereiro e é usada para consumo interno e comércio. O extrativismo do buriti e o beneficiamento dos produtos (sabão, óleo, raspa, poupa e doce) são feitos majoritariamente pelas mulheres e é fundamental no sistema alimentar na comunidade entre novembro e janeiro. As fibras e palhas do buriti também são usadas na confecção de artesanatos.

O cerrado da comunidade Vão do Vico, apresenta uma paisagem que resiste em meio a um cenário de extensos monocultivos do agronegócio. Essa paisagem agora marcada pelos monocultivos há diferentes grupos étnicos residindo, sedes das fazendas que comportam grandes estruturas para armazenamento e escoamentos das safras. Nas fazendas são empregadas máquinas de grande porte usadas na arreação do solo, na plantação e na colheita.

O avanço da agroindústria no cerrado piauiense faz parte de uma rede de expansão global, a soja produzida no estado segue a cadeia produtiva de exportação. Boa parte do capital financeiro investido na região é capital internacional. Caio Pompeia (2021) reconstitui a história da formação da ideia de *agribusiness*, segundo o autor o agronegócio e sua ramificação como conhecemos hoje, surgiu de uma proposta econômica de maximizar lucros por meio da produção agrícola. O mote central da produção agrícola em larga escala, nos anos 50 e 60 era a “guerra contra a fome”, todavia após décadas de aperfeiçoamento de técnicas industriais e econômicas, sabe-se que a agroindústria se coloca a serviço do lucro a todo custo.

O Relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras” produzido por pela FIAN internacional, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT), e baseia-se em missões de investigação realizadas em 2017 e

2018. O texto documenta os impactos ambientais e de direitos humanos sobre as comunidades locais nos estados do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e também investigou o envolvimento de fundos de pensão da Holanda, Alemanha e Suécia na expansão do agronegócio e nas apropriações de terras na região. Em 2018 a CPT denunciou aos fundos investidores na região os conflitos socioambientais causados pelos processos de financeirização das terras.

Nessa linha de atuação, o governo do estado, representado pelo atual Governador, Rafael Fonteles, continua em atuação em buscas de investimentos internacionais, para aplicar em projetos no estado. [2] Como sinaliza Caio Pompeia o agronegócio no Brasil possui uma estreita relação com a política, onde muitas vezes atores políticos e empresários do ramo são as mesmas pessoas.

Como dito acima partir da década de 1990 o cerrado piauiense passa a fazer parte da expansão da fronteira do agronegócio do Brasil, e as paisagens nativas cerradeiras, agora dividem espaços com paisagens unificadas das grandes fazendas de soja, milheto, algodão onde silos, caminhões, caretas, bitrens tratores e outros tipos de máquinas de grande porte passaram a compor a paisagem local.

A paisagem nativa do cerrado piauiense foi sendo transformada em uma paisagem mecanizada, ainda há manchas verdes entre fazendas, habitadas por indígenas e outras comunidades tradicionais, estes por sua vez circulam entre essas duas paisagens totalmente diferentes. A paisagem em que estão localizadas as comunidades, geralmente matem o cerrado preservado seja no baixão ou na serra, em boa parte da serra, há um cenário unificado formada por extensas plantações.

Com o avanço de agronegócio na região, os conflitos por terras se intensificaram, uma vez que as populações locais, tiveram seus territórios invadidos e desmatados, sem qualquer tipo de diálogos ou informações prévias. Segundo os indígenas eles viviam a muitas gerações nessas terras, que de uma hora para outras passaram a ter donos no papel. Mercês Alves, indígena e agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), contou como o povo Akroá Gamela do Vão do Vico, no Piauí, foi afetado em conflito direto com um fazendeiro que queria invadir o local de moradia da comunidade.

“Teve um período que por mais de dois anos não tinham como plantar. Quando iam no local, estavam lá os pistoleiros sem permitir que eles se aproximassem, e quando plantavam [o plantio] era destruído pelo trator”,

conta, denunciando também o uso de agrotóxicos pulverizados através de aviões, que tem afetado as comunidades e todo ecossistema do Cerrado. [3]

O envenenamento dos fluxos de água, desaparecimento e ou diminuição de espécies, como por exemplo as abelhas, diminuição da produção agrícola local, diminuição da safra dos buritis, fazem parte dos relatos. Além dos conflitos socioambientais, a implementação da agroindústria na região provocou mudanças bruscas nos modos de vidas das pessoas. Quando estava em campo no mês de maio desse ano, seu Genilton Ribeiro chamou atenção para a qualidade baixa do feijão que foi colhido, nessa época. Segundo ele depois da chegada das fazendas, os agricultores são obrigados a usar agrotóxicos, pois o uso dos mesmos nas fazendas também afeta a produção agrícola de pequena escala, com o aparecimento e resistências das pragas.

A força de trabalho jovem também foi cooptada para trabalho assalariado nas fazendas, os jovens que antes ajudavam as famílias no trabalho na roça, hoje em dia trabalham nas fazendas em escala de 40 horas semanais, restando apenas os domingos para realizar alguma atividade em benefício próprio, em roçados ou nos quintais de casa. No mês de maio, quando eu estava em campo, foi organizado a colheita do feijão, um grupo de algumas pessoas, incluindo alguns jovens, combinaram de ir para roça no domingo. Zulmira Lima comentou comigo que domingo não era dia de trabalhar fora de casa, mas que era o jeito, pois era o único dia de folga de alguns. Como podemos ver, para além de transformar os sistemas de posse de terra, a chegada do agronegócio também transforma as formas de trabalho, onde a lógica da produção comunitária, dar espaço a venda do trabalho braçal assalariado.

Desde de 2015, no contexto de invasões e lutas pela terra, o povo Akroá Gemla organizou-se em mobilização de caráter étnico para acessar os direitos enquanto povos e comunidades tradicionais. Emergência étnica ou revitalização étnica trata-se de um movimento autodeclaração e reafirmação étnica existente no Brasil com maior incidência na região Nordeste, que se configura com afirmação pública de identidades indígenas que, em tese, haviam sido diluídas, com a colonização.

A Historiografia oficial do estado do Piauí, até o começo do século XXI afirmava que os povos indígenas do estado do Piauí haviam sido dizimados no processo de

colonização. Todavia, a tese da aniquilação das etnias indígenas no estado, foi derrubada por mobilizações étnicas de diferentes grupos indígenas localizados em diversas regiões do Piauí no começo dos anos 2000. O Programa de Pós- Graduação em Antropologia-UFPI produziu várias dissertações Kós (2015) Silva (2015), Barroso (2018) e Silva (2022) com os povos Kariri, Tabajara e Akroá Gamela respectivamente. Junto a trabalhos de outras áreas, essas dissertações, colocam em xeque a teoria de que no Piauí não havia mais populações indígenas.

Segundo o senso de 2022 no estado do Piauí há 7.198 indígenas, a população indígena no estado teve um aumento de 144% em relação ao censo de 2010. Essa ampliação significativa revela em números os processos de organização política dos grupos indígenas presentes no estado do Piauí. O território piauiense possui 157 municípios com manifestações de população indígena das etnias Kariri, Tabajara, Akroá Gamela, Gueguê do Sangue, entre outros povos.

O processo de revitalização étnica dos Akroá Gamela no Piauí, a exemplo de vários grupos na região nordeste, envolve diversos atores políticos que se somaram a luta dos indígenas em defesas de seus territórios e em busca do reconhecimento de sua identidade diferenciada. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Universidade Federal do Piauí por meio do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - (PNCSA-UFPI), a Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPU-PI) estiveram envolvidas diretamente com o Povo Akroá Gamela, desde as primeiras reuniões onde surgiu a questão da identidade étnica.

Não é minha intenção realizar uma narrativa cronológica desse processo, mas é de suma importância sinalizar que a revitalização étnica dos Akroá Gamela se deu e se dá por meio das movimentações políticas que envolve participando de eventos, de assembleias dos povos indígenas do estado, de momentos de formação com povos indígenas de outros estados e com movimento indígena a nível local e nacional.

O povo indígena Akroá Gamela se espalha entre os municípios de Currais, Gilbués e Santa Filomena, essas comunidades se articulam com os outros povos do estado do Piauí e de outros estados. O povo Akroá Gamela do Piauí, possui uma estreita relação com o povo Akroá Gamela do Maranhão. Em 2019 houve um encontro na comunidade

indígena Barra do Correntim, ²onde o Cacique Kum Tum Akroá Gamela e outros indígenas do maranhão trocaram experiências sobre a resistência indígena no Nordeste. Nessa época eu estava no final da graduação de Ciências Sociais e participei desse encontro enquanto equipe do PNCSA.

Pressionado por denúncias de conflitos entre fazendeiros e as comunidades indígenas, o governo do estado do Piauí, criou leis estaduais para proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. A distância entre os dispositivos legais e a realidade dessas comunidades é acentuada, e cabe a esse contexto uma reflexão crítica. De todo modo, a seguir falarei um pouco do contexto da legislação agrária no estado do Piauí.

É em meio aos conflitos por terras no estado e sob pressão do Banco Mundial o Governo do Estado do Piauí criou no ano de 2019 o *Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social*, que teve como objetivo geral, “expandir o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas nas áreas rurais e a regularização da propriedade da terra”, além de “aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural em cadeias de valor”.

Por meio de dispositivos de regularização fundiária, o governo do estado, uma vez que já teve boa parte de suas terras devolutas repassadas ao agronegócio, procura beneficiar Povos e Comunidades Tradicionais em seus interesses pela titulação das terras públicas secularmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais. O primeiro desses dispositivos é a Lei nº 7.294, de 10 de dezembro de 2019. A lei foi criada para qualificar os territórios tradicionais com fins a instruir formas técnicas e políticas de beneficiá-los com o direito definitivo sobre a terra. Assim tem expressado a lei, em um dos seus artigos:

Art. 3º, Inciso X - territórios tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e Comunidades Tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231, da Constituição Federal, e o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e demais regulamentações. (L 7294/2019).

² Reportagem disponível em <https://cptnacional.org.br/2019/05/31/pncsa-realiza-cartografia-social-dos-indigenas-gamela-no-sul-do-piaui/>.

É almejado que, por intermédio do critério da transferência da dominialidade, povos e comunidades tradicionais possam ter acesso pleno e de direito aos seus territórios de uso comum; como segue:

Art. 11, Parágrafo Único. Serão destinadas às comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais as terras públicas e devolutas estaduais por elas ocupadas coletivamente, as quais serão regularizadas de acordo com as normas específicas, aplicando-se lhes, no que couber, os dispositivos desta Lei. (L 7294/2019).

Além de qualificar o que são Povos Tradicionais e instruir a regularização de suas áreas tradicionalmente ocupadas, a Lei nº 11.284 ainda marca o privilégio da assistência das demandas desses povos em diante das intercorrências e litígios com particulares.

Art. 15. Em caso de conflito nas regularizações de ocupações incidentes em terras devolutas ou públicas estaduais de que trata este Capítulo, o Estado priorizará a regularização em benefício das comunidades locais, definidas no inciso X do art.3º, da Lei nº 11.284, de 2006, se o conflito for entre essas comunidades e particular, pessoa física ou jurídica. [5]

Ademias a Lei 7.389/2020 reconhece como legítima a presença de povos indígenas nos limites legais do território do estado do Piauí. O povo indígena Kariri, localizado no município de Queimada Nova, na comunidade Serra Grande, foi o primeiro grupo beneficiado com a lei, tendo seu território demarcado no ano de 2022. No site do INTERPI, há informações sobre a possível demarcação do território do povo Akroá Gamela em Santa Filomena, mas o processo demarcatório está parado no órgão desde 2021. A elaboração do relatório foi realizada, porém, como há reivindicações de terceiros a uma parcela das terras apontadas com pertencente ao grupo indígena, o processo segue sem previsão de conclusão.

Esse processo de demarcação de terras tradicionais, do estado do Piauí, possui uma ambiguidade. Enquanto uma parte dos movimentos sociais e academia reconhece como uma atitude louvável do governo do estado, outra parte considera que a demarcação

estadual não é suficiente para a garantia de direitos perante órgãos federais, como exemplo mais direto a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Ademais a história da luta pelo território do povo Akroá Gamela se encontra em um contexto amplo e complexo que diz respeito às Terras Indígenas no Brasil. É sabido que os processos de demarcação no âmbito federal são lentos e cheios de entraves ocasionados por uma legislação que possui muitas brechas e caracterizada pela morosidade. Embora o objetivo final de toda luta seja a demarcação, a vida no território existe antes e continua após a demarcação final. Molina (2018) aponta o conceito de terras incapturáveis, para apresentar as dimensões complexas das vidas nas terras indígenas. Para a autora, os processos de demarcação realizados pelo estado, não dão conta da vida e da luta na terra e pela terra.

Nesse contexto explicitado acima vivem os povos e comunidades tradicionais do cerrado piauiense, minha intenção ao trazer os meandros políticos e econômicos para entendimento do cenário em que vive a comunidade Vão do Vico. No tópico a seguir iremos explicar a cerca de alguns conceitos que são pertinentes à discussão.

Luta pela terra e Identidade Territorial

As análises etnográficas acerca da recriação da etnicidade em contexto nordestino foram influenciadas pela teoria dos grupos étnicos de Fredrik Barth (1970). O conceito de emergência étnica foi amplamente debatido na acadêmica, principalmente nas Ciências Sociais com ênfase na Antropologia Oliveira (1990) chamou atenção para o entrelaçamento entre as emergências étnicas e as lutas por terras/territórios no Nordeste brasileiro.

Identificação e/ou relação com o território é um aspecto central na vida dos povos indígenas, no Brasil e por conseguinte no Nordeste. Não é obstante, os indígenas Akroá Gamela passam a afirmar sua identidade indígena publicamente a partir do cenário dos espólios de suas terras e desmatamento, que se instalou no sudoeste piauiense com a chegada no Agronegócio.

A palavra território é um substantivo masculino, que segundo o dicionário de língua portuguesa, significa grande extensão de terra ou área, de município, estado ou

país. Na própria etimologia do termo, a relação com o estado³ e sua governança aparece. O conceito ou noção de território é fundamental para compreender a história do indigenismo no Brasil, é ponto de partida para as mobilizações indígenas e, portanto, importante fonte de reflexões antropológicas a partir de diferentes contextos etnográficos.

Para João Pacheco de Oliveira (2022) a noção de território sempre esteve presente na Antropologia, desde os clássicos até as análises mais contemporâneas. Este autor ficou reconhecido no campo antropológico ao trabalhar com os indígenas do Nordeste e seu conceito de territorialização analisa o território como uma construção social, que está inserido em um contexto histórico, social e político.

Ainda em contexto de Nordeste Viegas (2007) advoga que as relações de parentes e costumes tradicionais dos Pataxó na Bahia são elementos impares na construção de territorialidades. No livro “A Reconquista do Território: etnografias do protagonismo indígena contemporânea” publicado em 2022 organizado por João Pacheco de Oliveira. Os capítulos que compõem o livro trazem um panorama sobre diversas etnias e terras indígenas em diferentes regiões do país.

Além de ser uma categoria científica amplamente discutida nas Ciências Sociais e na Antropologia, a categoria território é usado pelos indígenas Akroá Gamela do Vão do Vico no dia a dia, para se referir aos lugares onde vivem, no sentido espacial, como também no sentido cosmológico. A palavra território também aparece muito no contexto de luta pela terra.

A luta dos indígenas Akroá Gamela do Vão do Vico pelas suas terras não diz respeito apenas ao sentido de posse, de ter o direito legal. Mas também e sobretudo a defesa das muitas vidas que formam complexas redes dentro de um território, esse rede se estende desde as pessoas, aos fluxos de água, os animais, aos vegetais e etc.

A reflexão na Antropologia acerca do conceito de territorialidade, se desenvolve a partir de vários movimentos étnicos em diferentes regiões no Brasil, ademais, é fato que a luta pela demarcação dos territórios indígenas é um dos pilares que sustenta o movimento indígena de norte a sul do país. Luiz Henrique Eloy Amado (2019) empreende uma pesquisa antropológica acerca do povo Terena e sua mobilização política em defesa

do direito ao território. Em sua tese o autor indígena apresenta uma etnográfica onde narra sua história de vida, alinhada a reconstrução histórica da organização política terena.

A partir de uma análise antropológica da teoria da ação o autor traz elementos etnográficos das assembleias indígenas do povo Terena. O elemento central na luta dos Terena, nas suas assembleias e reuniões é a busca da demarcação das terras, no texto ao autor apresenta o cenário políticos e social e vai apresentando os atores sociais envolvidos nos eventos políticos e cotidianos do povo terena.

Foi a partir dessa tomada de consciência que os caciques, por meio de muita discussão no âmbito das Assembleias Terena, passaram a entender as relações de poderes pelas quais permeava o debate a respeito da demarcação de terras indígenas. Nesse sentido, é preciso ter em mente que a categoria "terra tradicionalmente ocupada" foi reconhecida pelo texto constitucional de 1988. A partir daí, vem sendo objeto de luta dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul especialmente pelos Terena, Guaraní, Kaiowá e Kadiwéu.

Eloy Terena sinaliza no trecho acima, que há uma mobilização política para participação nas esferas governamentais e nas tomadas de decisões, a etnografia apresentada revela, como os debates acerca da demarcação de terras, funcionaram como uma forma de acesso aos conhecimentos burocráticos do estado. O autor salienta que a ação política dos indígenas Terena, parte do chão da aldeia, e questiona a supremacia do estado nas tomadas de decisões em relação à vida dos povos indígenas. Do mesmo modo o povo indígena Akroá Gamela do Vão do Vico, estão sempre em busca dos seus direitos, em defesa de seu território.

Podemos apontar para uma relação entre as reflexões antropológicas de João Pacheco e Eloy Terena os dois autores apresentam análises que dizem respeito a importância do território para os povos indígenas, em nosso entendimento a chave analítica de ambos é a organização política. Mesmo produzindo pesquisas em contextos e épocas distintas, sendo um no nordeste brasileiro e outro na região centro oeste do país, a organização política é elemento central em busca da demarcação dos territórios indígenas.

A territorialidade, portanto, são as diferentes formas de apropriação e utilização de um determinado espaço geográfico, onde as fronteiras culturais e cosmológicas extrapolam fronteiras geográficas. Nesse sentido o conceito de territorialidades é um ponto de partida para reflexão antropológica acerca dos modos de existências e resistência

do povo Akroá Gamela frente aos conflitos socioambientais ocasionados pelo agronegócio.

Vias conclusivas

Em direção a vias conclusivas, o avanço do agronegócio no sudoeste piauiense tem provocado profundos danos socioambientais que ameaçam a existência de comunidades tradicionais, como os Akroá Gamela. A transição de uma paisagem nativa para uma paisagem mecanizada e unificada por monocultivos de soja, milho e algodão resultou no desmatamento sistemático do Cerrado. Esse processo de exploração desenfreada, movido pela busca do lucro a todo custo, causa a extinção local de espécies da fauna, como onças e emas, além de provocar o envenenamento e soterramento de cursos d'água e nascentes fundamentais para a sobrevivência humana e outra que humana.

Além do desastre ecológico, os "males" do agronegócio manifestam-se em violentos conflitos territoriais. Relatos documentam a atuação de grupos que tentam intimidar as comunidades, seja pela tentativa de limitar a circulação dos indígenas e a pulverização aérea de agrotóxicos, que afeta diretamente a saúde das comunidades e o equilíbrio de todo o ecossistema.

Essa expansão é sustentada por capital internacional e por uma estreita relação entre elites empresariais e o poder político (trouxe um pouco desse cenário no estado do Piauí), o que aprofunda a invisibilidade das violações de direitos humanos na região. Diante desse cenário de conflitos socioambientais, muitas vezes associado a conceitos como o território e territorialidade, a reafirmação identitária e a resistência política dos povos indígenas surgem como a principal barreira contra a destruição total de seus territórios ancestrais.

Referências

AMADO, Luis Henrique Eloy. VUKAPANAVO. O Despertar do Povo Terena para seus Direitos: Movimento Indígena e Confronto Político. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019

BARROSO, Ilana Magalhães. Emergência étnica indígena, territorialização, memória e identidade do grupo indígena Tabajara e Tapuio da Aldeia Nazaré. Dissertação de Mestrado. PPGAnt, Universidade Federal do Piauí, 2018.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

De Matos Viegas, S. 2007. Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia. Coimbra, Rio de Janeiro: 7Letras/ Almedina.

DIAS, Claudete Maria Miranda. História dos Índios do Piauí. Teresina, EDUFPI/GRAFICA DO POVO: 2011.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, (5), (2009) 7-41.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. Biomas e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 168 p. (Relatórios metodológicos, v. 45).

KÓS, Cinthya Valéria Nunes Motta. Etnias, fluxos e fronteiras: processo de emergência étnica dos Kariri no Piauí. Dissertação de Mestrado. PPGAnt, Universidade Federal do Piauí, 2015.

MOLINA, L.P. Terras incapturáveis: notas para pensar autodemarcações indígenas. Revistas Aceno. V.5. 2018. Pg 39-58

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Aluta pelo território como chave analítica para a reorganização da cultura. In: João Pacheco de Oliveira (Org.). A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. 1ª ed. – Rio de Janeiro: E-papers, 2022. Pag. 11-36.

Pompeia, Caio. Formação política do agronegócio / Caio Pompeia. São Paulo: Elefante, 2021. 368 p.

SILVA, Cristhyan Kaline Soares da. Entre “Carreirinhos e paisagens”: Uma etnografia da paisagem na comunidade Vão do Vico e no povoado Matas no sudoeste piauiense. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. Coordenação editorial de Florencia Ferrari. Tradução de Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576 p.